

Extensão em FOCO


UNIARP
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO



Editora:

Prof. Ms. Ilze Salete Chiarello

Conselho Editorial:

Prof. Dr. Adalcio Machado dos Santos, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, Caçador, SC, Brasil

Prof. Dr. Ezequiel Theodoro da Silva, UNICAMP - Faculdade de Educação, Campinas, SP, Brasil

Prof. Dr. Joel Haroldo Baade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, Caçador, SC, Brasil

Prof. Dr. Ludimar Pegoraro, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, Caçador, SC, Brasil

Prof. Dr. Ricelli Endrigo Ruppel da Rocha, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, Caçador, SC, Brasil

Capa:

Denise Bolzan Barpp

Organização e revisão deste número

Prof. Msc. Levi Hulse, Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe - Uniarp, Caçador, SC, Brasil

Prof. Dr. Joel Haroldo Baade, Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe - Uniarp, Caçador, SC, Brasil

Prof. Msc. Joel Cezar Bonin, Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe - Uniarp, Caçador, SC, Brasil

Editoração eletrônica:

Prof. Dr. Joel Haroldo Baade, Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe - Uniarp, Caçador, SC, Brasil

SUMÁRIO

AS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DA PRIVACIDADE E LIBERDADE DE EXPRESSÃO NO MARCO CIVIL DA INTERNET.....	4
PEC Nº 471/05: A EFETIVAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS E SUBSTITUTOS QUE ASSUMIRAM CARTÓRIOS SEM CONCURSO PÚBLICO APÓS A CONSTITUIÇÃO DE 1988 E AS EXIGÊNCIAS PARA O INGRESSO NA ATIVIDADE NOTARIAL E REGISTRAL.....	16
A UTILIZAÇÃO DE MULTIMEIOS COMO FERRAMENTAS DE OTIMIZAÇÃO DOS CONHECIMENTOS NO ENSINO JURÍDICO.....	34
O INSTITUTO DAS ASTREINTES NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E SUA REPERCUSSÃO DOUTRINÁRIA: ANÁLISE DOS ARTIGOS 536 E 537 DA LEI Nº 13.105/2015	45
ESPÉCIES DE TUTELAS NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - LEI Nº 13.105/2015 TUTELAS PROVISÓRIAS DE URGÊNCIA E EVIDÊNCIA.....	69
BREVES REFLEXÕES SOBRE A REFORMA TRABALHISTA	87
A POSSIBILIDADE JURÍDICA DA ALIENAÇÃO FIDUCIARÍA EM 2º GRAU	93
A IMPORTÂNCIA DA TRAUMATOLOGIA NA ELUCIDAÇÃO DO CRIME	103
O PLURIPARTIDARISMO E A REPRESENTATIVIDADE SOCIAL NA DEMOCRACIA NACIONAL.....	118
TEORIA DO DOMÍNIO DO FATO: STF VS DOUTRINA.....	135
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: A AUTONOMIA NA GESTÃO DO PRÓPRIO DESENVOLVIMENTO INTELECTUAL	145
ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA DA EFETIVIDADE COMO PRINCÍPIO DE CONFORMIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS NO ESTADO CONTEMPORÂNEO	152